

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FICHEIRO EPIGRÁFICO

(Suplemento de «Conimbriga»)

160

ADDENDA ET CORRIGENDA
ÍNDICE DOS FASCÍCULOS 150 a 159
INSCRIÇÃO 631



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES

COIMBRA 2017

ISSN 0870-2004

FICHEIRO EPIGRÁFICO é um suplemento da revista CONIMBRIGA, destinado a divulgar inscrições romanas inéditas de toda a Península Ibérica, que começou a publicar-se em 1982.

Dos fascículos 1 a 66, inclusive, fez-se um CD-ROM, no âmbito do Projecto de Culture 2000 intitulado VBI ERAT LVPA, com a colaboração da Universidade de Alcalá de Henares. A partir do fascículo 65, os volumes estão disponíveis no endereço http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos_index/ficheiro.

Publica-se em fascículos de 16 páginas, cuja periodicidade depende da frequência com que forem recebidos os textos. As inscrições são numeradas de forma contínua, de modo a facilitar a preparação de índices, que são publicados no termo de cada série de dez fascículos.

Cada «ficha» deverá conter indicação, o mais pormenorizada possível, das condições do achado e do actual paradeiro da peça. Far-se-á uma descrição completa do monumento, a leitura interpretada da inscrição e o respectivo comentário paleográfico. Será bem-vindo um comentário de integração histórico-onomástica, ainda que breve.

José d'Encarnação

Toda a colaboração deve ser dirigida a:

Instituto de Arqueologia
Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes
Faculdade de Letras | Universidade de Coimbra
Rua de Sub-Ripas | Palácio Sub-Ripas
P-3000-395 COIMBRA

A publicação deste fascículo só foi possível graças ao patrocínio de:



UM GRAFITO ROMANO NA QUINTA DA FÓRNEA
(BELMONTE)
(*Conventus Emeritensis*)

Dois fragmentos de granito de grão muito fino, que se ajustam e ostentam um grafito. Foram identificados na Quinta da Fórnea I, localizada na freguesia e concelho de Belmonte, distrito de Castelo Branco, junto ao km 5,5 da Estrada Nacional 345.

O sítio, de época romana, classificado como *villa* de vocação agrícola, terá sido ocupado entre os séculos II e IV. Foi escavado na totalidade entre 1997 e 2008 pela Arqueohoje, Lda. A área construída dispõe-se em torno de um pátio central, com espaço ajardinado, compondo-se de *pars urbana*, *pars rustica* e *pars frumentaria*, sendo de assinalar também a existência de um pequeno edifício balnear¹.

A escavação arqueológica a que se reporta a recolha deste fragmento foi realizada na sequência da 2ª Fase do Projecto de Consolidação e Restauro da *Villa Romana* da Quinta da Fórnea, promovida pela Câmara Municipal de Belmonte, executada pela Sudário, Lda. e realizada entre Fevereiro e Março de 2012, sob a direcção de Carla Alegria Ribeiro com a colaboração da arqueóloga Joana Lourenço. A intervenção decorreu da necessidade de proceder à escavação arqueológica de áreas não intervencionadas ou não concluídas nas campanhas anteriores, permitindo que estas fossem alvo de consolidação e restauro.

¹ Cf.: CARVALHO (Pedro C.), *Cova da Beira – Ocupação e exploração do território na época romana*, Câmara Municipal do Fundão e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007, p. 265-266; SANTOS (Filipe), *A Villa Romana da Quinta da Fórnea I – Belmonte. Relatório de Progresso*, Arqueohoje, Viseu, 2009. Acessível em: http://independent.academia.edu/SantosFilipe/Teaching/25959/VILLA_ROMANA_DA_QUINTA_DA_FORNEA_I; RIBEIRO (Carla), *Quinta da Fórnea – Belmonte – Relatório Final de Escavação Arqueológica de 2012*.

O contexto de recolha respeita à escavação de um compartimento inserido na *pars frumentaria*, parte integrante de um conjunto de seis compartimentos, acessíveis a partir do pátio central e cuja funcionalidade não é absolutamente clara, podendo tratar-se de locais de armazenamento ou de transformação de produtos. Este compartimento – o único cuja escavação permanecia por concluir – havia sido parcialmente intervencionado nas anteriores campanhas, tendo sido apenas escavada uma exígua faixa ao longo de um dos muros definidores deste ambiente. A escavação não revelou, porém, vestígios que indiciassem o tipo de actividade ou funcionalidade do espaço. Apresenta, contudo, a singularidade, quando comparado com os restantes cinco compartimentos, de haver duas estruturas perpendiculares a subdividirem entre si o seu espaço interior.

Os fragmentos epigrafados foram recolhidos em níveis de aterro, depositados para obtenção de cota e regularização do piso em terra. No conjunto dos materiais reunidos neste estrato, encontram-se igualmente alguns fragmentos de *terra sigillata* que, mau grado o seu débil estado de conservação devido às características do solo, poderão ser produções tardias, possivelmente africanas. Os fragmentos epigrafados, apresentam sinais de terem sido afeiçoados: bem polidos, apresentam até um aspecto ligeiramente côncavo em ambas as superfícies, arredondados nas extremidades e abaulados nos lados, mas não há uma ideia precisa de qual a sua funcionalidade nem se houve uma intenção precisa para se fazer a gravação.

Dimensões: (10,3) x (9,7) x (3,8).

RVFI.

De Rufo.

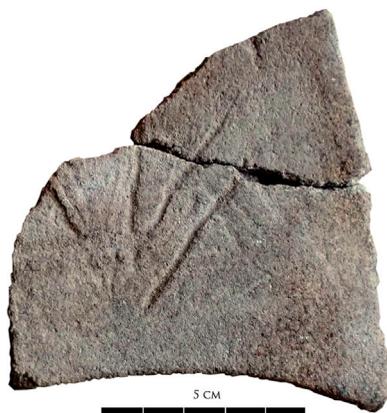
Altura das letras: o R está incompleto; V = 4,9; F = 4,7; I = 3,6.

Do R temos a metade da direita: a parte superior angulosa, a forma triangular e a perna lançada; o V, amplo e de vértice pronunciado; o F de longa haste vertical e as duas barras horizontais muito em cima; o I está menos visível e é de sulco não tão profundo. Verifique-se que dá a impressão de o gravador – que utilizou cálamo vegetal a determinar sulco côncavo nos caracteres – ter querido dar à palavra um aspecto circular, denunciando, assim, o movimento corrente da mão, sem obediência a quaisquer linhas de pauta ou preocupação de alinhamento.

Rufi é genitivo de posse; ou seja, assinala-se, assim, mui provavelmente, o nome do proprietário da construção que, eventualmente, pavimentaria. Este antropónimo, etimologicamente latino, é muito corrente na epigrafia lusitana: cf. *Atlas*.² Por seu turno, Juan Manuel Abascal³ registara a existência de 203 testemunhos na epigrafia romana peninsular, sendo *Rufus* o segundo nome pessoal mais frequente. É, em seu entender, um dos cognomes que «têm uma especial incidência na nova nomenclatura de amplos grupos sociais da população local».

As características formais das letras nada ajudam para se propor uma datação, num caso como este, porque se trata de uma escrita muito pessoal, uma «escrita do momento»⁴, sem obediência a cânones.

CARLA RIBEIRO
JOSÉ D'ENCARNAÇÃO



631

² NAVARRO CABALLERO (Milagros) e RAMÍREZ SÁDABA (José Luís) [coord.], *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida (Fundación de Estudios Romanos) – Bordéus (Ausonius Éditions), 2003, p. 285 (mapa 258) e 286-287.

³ ABASCAL PALAZÓN (Juan Manuel), *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*, Murcia, 1994, p. 31.

⁴ Veja-se: ENCARNAÇÃO (José d'), «A epigrafia do momento: grafitos... a comunicação sedutora», in ANGELLI BERTINELLI (Maria Gabriella) e DONATI [coord.], *Opinione Pubblica e Forme di Comunicazione a Roma: il Linguaggio dell'Epigrafia* (Atti del Colloquio AIEGL – Borghesi 2007)». Fratelli Lega Editori, Faenza, Set. 2009, p. 15-28. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/11470>